



Assembléia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RÚBRICA <i>Perna</i>	FLS Nº <i>05</i>
ANEXOS —	NÚMERO <i>AL-1680/13</i>

DIRETORIA LEGISLATIVA
JUNTA DA
Publicação de matéria
de *13 (três)* laudas.
Em *20 / 02 / 13*

Funcionário

João Raimundo Alves Barbosa Júnior
Chefe do Setor de Publicação

Assembléia Legislativa
Encaminhe-se à *autógrafo*
Em *24 / out / 2013*
[Assinatura]
Conceição de Maria Leite Galvão
Chefe do Setor de Autógrafos

DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO
Encaminhe-se a *Comissão*
de Const e Justiça

Em *20 / 02 / 13*

[Assinatura]
Conceição de Maria Pádua Sampaio
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

PROVIDENCIADO
Em *30 / 10 / 13*
p.p. Luiz
Chefe do Setor de Autógrafos

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a

Diretor Legislativo



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 25 / 02 / 13

Conceição

Conceição de Maria Lages Redigui
Chefe do Núcleo Comissões Leg.

Ao Deputado

Fernando
Monteiro

para relatar.

Em 25 / 02 / 13

Luiz Antonio

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça





1

ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 08/13

PROCESSO AL – 1681/13

AUTOR(A): DEP. REJANE DIAS

RELATOR (A): Dep. FERNANDO MONTEIRO

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, encaminhamos e esta relatoria a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal. A referida proposição **Dispõe sobre a criação do Sistema de Cotas Sociais para Ingresso de Estudantes com Deficiência nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Piauí e dá outras providências.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75, da Constituição Estadual combinado com os arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105, do Regimento Interno.

Os alunos com deficiência, em tese concorrem de forma desigual com os ditos normais, que possuem plena capacidade de realizar seus estudos e de locomoção para as bibliotecas. Somente a isso nem todos os alunos com deficiência tem acompanhamento integral e específico, pois boa parte dessa parcela significativa da população piauiense é carente, além de não contar com a acessibilidade em casa e na escola.

Portanto criar mecanismo de inclusão desses alunos, que pleiteiam uma vaga na universidade pública, é uma alternativa para a redução das desigualdades existentes e prevalência do princípio constitucional da igualdade material, que visa “tratar os igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida da sua desigualdade”, de acordo com o art. 5º. *Caput* da Constituição Federal.

Cabe ressaltar, que a presente proposição encontra-se em conformidade com as normas de competência legislativa estabelecidas na Constituição Federal, de acordo com o art. 24, XIV (abaixo transcrito).

“Art. 24 Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(....)



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

2

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.”

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável à aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 22 de março de 2013.

Fernando Monteiro
Dep. **FERNANDO MONTEIRO**
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE	
em, <u>02/04/13</u>	
<u><i>Fernando Monteiro</i></u>	
Presidente da Comissão de	<u><i>Justiça</i></u>

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]